



IND 2870 /2011

INDICAÇÃO Nº  
(Da Deputada Liliane Roriz)

Ào Setor de Protocolo Legislativo para registro e em seguida à:

CCJ  CEGF  CAS  CDC  
 CDES  CAF  CES  CDDHCEDP  
 CDESCTMAT

Em 18/08/2011  
*Costa*  
Romão Pinheiro Lima  
Chefe da Assessoria de Fianário

SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE OBRAS A DRAGAGEM DE PONTOS CRÍTICOS DE ASSOREAMENTO NO LAGO PARANOÁ NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO LAGO SUL – RA XVI.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art.143 do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal por intermédio da Secretaria de Obras a dragagem de pontos críticos de assoreamento no Lago Paranoá na Região Administrativa do Lago Sul – RA XVI.

JUSTIFICAÇÃO

Setor Protocolo Legislativo  
IND 2870 /2011  
Folha Nº 01 - 4

O lago Paranoá foi construído artificialmente junto com Brasília no governo do presidente Juscelino Kubitschek. São cerca de 40 quilômetros quadrados de extensão e 48 metros de profundidade máxima. A alteração do terreno começou nos anos 1950 em uma depressão na bacia do Paranoá que foi tomada pelas águas após o represamento pensado pela Missão Cruls em 1894.

Segundo aponta um estudo publicado pelo Sindicato dos Engenheiros no Distrito Federal, atualmente o lago sofre com inúmeras áreas onde o assoreamento, acúmulo de resíduos e sedimentos no fundo do lago. Este processo, se persistente, pode acarretar uma situação de mau cheiro e proliferação de doenças que prejudicariam enormemente toda nossa capital. A solução apontada, além de ações educativas, é o processo de dragagem das áreas mais críticas; e por isso se faz urgente a iniciativa desta ação para salvarmos o lago que é tão importante para nossos cidadãos.

Levando-se em consideração os argumentos acima citados, solicito, mui respeitosamente, a adesão de meus nobres Pares na aprovação desta importantíssima proposição que será, sem sombra de dúvida, de grande proveito para todo o Distrito Federal.

Sala das comissões,

*Liliane Roriz*  
LILIANE RORIZ

DEPUTADA DISTRITAL



**SINDICATO DOS ENGENHEIROS  
NO DISTRITO FEDERAL**  
*Sempre em defesa do profissional de Engenharia*

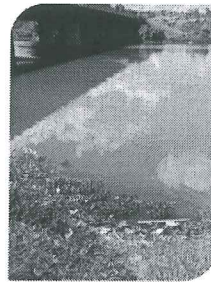


- INICIAL
- INSTITUCIONAL
- SERVIÇOS
- BANCO DE TALENTOS
- FILIE-SE
- ACORDOS E CONVENÇÕES
- CONTRIBUIÇÃO SINDICAL
- DESTAQUES
- JORNAL
- DF AMBIENTAL

**SINDICATO DOS ENGENHEIROS  
NO DISTRITO FEDERAL**  
EQS 102/103, Bloco A,  
Sala 01, 2º Pavimento  
Centro Comercial São Francisco,  
Asa Sul - Brasília/DF  
Tels. (61) 3225-2440 /  
3225-3137 Fax. 3225-3178  
sengedf@sengedf.com.br  
www.sengedf.com.br

Meio Ambiente

**Lago Paranoá, 50 Anos:  
o desafio do assoreamento**  
*Crescimento desordenado da bacia acelera  
processo de assoreamento. Obras de  
reparo devem ser feitas, mas podem  
comprometer qualidade da água*



*Reportagem de Luis Flávio Luz  
publicada na Voz do Engenheiro nº4*

Há pouco mais de uma década mergulhar no Lago Paranoá era uma ideia absurda. Ver jorrando da torneira de casa água captada do lago artificial de Brasília? Nem pensar. Utilizar a água do lago para consumo, então, uma sentença de morte. Era o mesmo que imaginar, hoje, a população de São Paulo sendo abastecida com as águas do Rio Tietê, maltratado pela poluição e pelo descaso do poder público e sociedade. Atualmente a qualidade do nosso lago é considerada boa e cogita-se a captação de suas águas para uso doméstico. Essa seria uma forma de solucionar futuros problemas de abastecimento que ameaçam o Distrito Federal com o aumento da ocupação urbana. Estima-se que, em 2025, se nada for feito, a capital pode ter sérios problemas de abastecimento.

O grande problema do lago, atualmente, na opinião de engenheiros, ambientalistas, moradores da região e até mesmo do poder público é, por unanimidade, o assoreamento, que é o processo de carreamento de resíduos de toda espécie e o acúmulo de sedimentos no fundo do lago. A perda de área é mais visível durante o período de estiagem quando é possível notar claramente o acúmulo de lixo nas margens. A redução da área do lago também acarreta a formação de pontos de água parada, o que aumenta o risco de doenças como a febre amarela e a dengue. Em alguns pontos a situação é crítica. Nas pontas do lago há constante formação de bancos de areia e pequenas ilhas.

O lago foi construído artificialmente junto com Brasília no governo do presidente Juscelino Kubitschek. São cerca de 40 quilômetros quadrados de extensão e 48 metros de profundidade máxima. A alteração do terreno começou nos anos 1950 em uma depressão na bacia do Paranoá que foi tomada pelas águas após o represamento pensado pela Missão Cruls em 1894. Se antes o lago era simplesmente depósito de esgoto, hoje cerca de 90% de seu espelho d'água estão liberados para o lazer. O lago tem, entre outras, a função de aumentar a umidade relativa do ar e no seu leito repousam mistérios, parte da história de pioneiros da capital federal e, infelizmente, resíduos acumulados de cinco décadas de crescimento urbano ao seu redor.

O engenheiro Dickran Berberian, professor de engenharia civil da Universidade de Brasília (UnB), especialista em estrutura de construções, morador e prefeito licenciado do Lago Sul diz que o assoreamento também traz problemas de segurança para os moradores. "Onde antes era lago nas áreas das QL 2, 4 e 6 hoje resta apenas o mau cheiro. É possível, inclusive, em alguns pontos atravessar a pé", reclama. Ele diz que assaltantes já invadiram algumas propriedades por onde, antigamente, havia o espelho d'água. Com o processo de assoreamento as residências da região sofreram "um absurdo processo de desvalorização", avalia.

Mas outro perigo repousa no fundo do Paranoá. As substâncias que se acumularam ao longo do tempo em seu leito. O presidente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental (IBRAM), Gustavo Souto Maior, estima que o Lago Paranoá perdeu, desde a época de sua criação, há 50 anos, uma área de aproximadamente 230 campos de futebol. O dado está em uma publicação organizada por Fernando Oliveira Fonseca, editada em 2001, e intitulada Olhares sobre o Lago Paranoá.

Fonseca, que é organizador do livro e diretor da Companhia Energética de Brasília (CEB) afirma que a degradação do lago é fruto da ocupação da área da Bacia do Paranoá e das outras bacias localizadas no Distrito Federal que levam água pelos seus afluentes ao lago artificial.



**Cadastre-se e receba  
a Voz do Engenheiro**

Sector Protocolo Legislativo  
JND nº 2870/2011  
Folha Nº 02-4

Com o desmatamento das matas ciliares e da vegetação para ocupação urbana, exploração agrícola e outras atividades que alteram a paisagem natural, o solo fica vulnerável aos processos de erosão, o que aumenta drasticamente o transporte de resíduos para os rios que formam a bacia e, conseqüentemente, para o Lago Paranoá.

"Preocupa-me muito a forma intensa como foi e como continuam sendo ocupadas as áreas de bacias", comenta. "A Candangolândia, Guará, Setor de Indústria, Lago Sul e Norte, Plano Piloto e, recentemente Águas Claras e as colônias agrícolas Samambaia e Vicente Pires foram erguidas na área da Bacia do Paranoá", observa. "Tudo o que ocorre e nestas áreas tende a precipitar-se para dentro do lago. Uma ponta de cigarro atirada no chão em Águas Claras, com a chuva, pode acabar no lago", disse.

O presidente do IBRAM concorda. "O lago é receptor de tudo o que é mau feito na Bacia do Paranoá", protesta. Para ele é preciso parar imediatamente com a ocupação da região.

**Dragagem deve ser feita após estudo de impacto. Ações educativas também devem ser realizadas, dizem especialistas**

Fonseca acredita que um conjunto de medidas educativas aliadas a medidas emergenciais de recuperação das áreas degradadas do lago devem ser postas em prática imediatamente. "Temos que combinar as duas coisas: os cuidados corretivos e preventivos. O Lago Paranoá é um indicador de como tratamos o meio ambiente no Distrito Federal", disse.

O presidente do IBRAM declarou que a CAESB estuda fazer um processo de dragagem das áreas mais afetadas. Ele disse que a companhia alega que o processo é caro (cerca de cinco dólares por metro cúbico). "Além de ter um custo elevado, a dragagem é uma ação paliativa, se não houver consci-entização e enquanto não for interrompida a ocupação irregular das bacias", afirma.

O superintendente de recursos hídricos da Caesb, Fernando Starling, diz que por ser artificial o assoreamento do lago é um processo natural. Ele também defende um intenso processo de esclarecimento junto à população sobre ocupação urbana e destinação de resíduos. "O aceleração do processo de assoreamento está diretamente ligado à ocupação das bacias. É preciso frear o avanço desordenado", declarou.

Para a educadora ambiental e coordenadora da ONG Ecoatidade, Patrícia Mazoni, uma das formas de reduzir o impacto do assoreamento no lago é a reciclagem de resíduos da construção civil. Segundo ela, 70% dos resíduos dos empreendimentos poderiam ser reciclados, o que evitaria a destinação clandestina do lixo da construção e contribuiria para a geração de renda de catadores e famílias carentes. "Brasília possui hoje gigantescos canteiros de obras. Esse lixo pode contribuir para o assoreamento do lago se tiver uma destinação inadequada. Com a reutilização do entulho evitamos o seu impacto no meio ambiente", disse.

**Cautela** - A dragagem, medida corretiva para reparar áreas assoreadas, será feita em um lago artificial onde há uma lenta decomposição de vegetação de cerrado encoberta pelas águas do lago há 50 anos. Junto a esse material foram depositados, ao longo do mesmo período, resíduos de ocupação urbana de toda a espécie. Os especialistas e autoridades ouvidas pela Voz do Engenheiro defendem um estudo adequado de impacto ambiental para evitar que a qualidade da água seja comprometida pelas ações de correção.

O presidente do Sindicato dos Engenheiros no Distrito Federal (SENGE-DF), Ronildo Divino de Menezes, defendeu a importância do licenciamento ambiental dos empreendimentos, e que seja feito um estudo para medir a quantidade de área perdida desde a criação do lago e dos impactos que ações corretivas podem ter na qualidade da água. Ele acredita ainda que "é papel da categoria contribuir para conscientização da sociedade e alertar sobre os problemas que ocupações irregulares podem trazer para os moradores de toda a cidade", diz.

Diógenes Mortari, superintendente de recursos hídricos da Agência Reguladora de Águas e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA), endossa a preocupação do presidente do SENGE. "A dragagem é um processo muito complicado. Revolver os resíduos que foram depositados ao longo dos anos é perigoso. Se for feito sem um estudo adequado pode comprometer bastante a qualidade da água", explica.

Para Fonseca, os engenheiros vão ter uma função importante na recuperação do lago. Ele também concorda que será necessária uma avaliação da quantidade de fósseis depositados no leito do

Sector Protocolo Legislativo  
JND nº 2870, 2011  
Folia Nº 03-φ

lago. "A suspensão de dejetos pode causar a proliferação de algas e levar a mortandade da fauna. Os engenheiros terão um desafio pela frente. Será deles a função de recuperar o lago sem comprometer a qualidade da água. A obra sairá cara, mas a sociedade é que acaba pagando pelo uso irresponsável dos recursos naturais. Se nada for feito o preço será mais alto ainda", lamenta.

#### Água do Paranoá na torneira

Por conta do crescimento populacional a Caesb, para evitar problemas de abastecimento, já tem a licença da ANA (Agência Nacional de Águas) para iniciar os estudos de captação das águas do Lago Paranoá. As obras estão previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), devem custar cerca de R\$ 350 milhões e devem ficar prontas em 2011 para abastecer aproximadamente 600 mil habitantes. A ideia é que sejam abastecidos o Paranoá, o Grande Colorado e regiões próximas.

O próximo passo é o licenciamento ambiental que deverá ser expedido pelo IBRAM e ainda uma autorização (carta de anuência) do Instituto Chico Mendes.

O superintendente de Recursos Hídricos da ADASA, Diógenes Mortari, diz que a agência está fazendo uma avaliação dos níveis de água do lago e das necessidades de reparo. "O assoreamento envolve a diminuição do volume e a qualidade da água. Estamos estudando com a CEB um regime de alteração dos níveis mínimos e máximos de operação para saber até que ponto se pode, ao mesmo tempo, gerar energia e retirar água para abastecimento sem prejudicar outras funções do lago", afirma.

Mortari também anunciou a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá (CBHRP) que será formado por técnicos do governo, associações de produtores, organizações não governamentais e professores.

Os Comitês de Bacia Hidrográfica serão órgãos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal. Caberá a eles promover a administração participativa e democrática dos recursos hídricos, incentivando o uso racional das águas em suas múltiplas possibilidades, entre elas, o uso para consumo doméstico.

"A partir de 2010, os cidadãos do Distrito Federal decidirão sobre as ações que serão adotadas para a melhoria da qualidade das águas em nossa região e para o uso sustentável dos recursos hídricos das Bacias que compõem o CBHRP", diz Mortari. Os dias e horários das audiências públicas serão divulgados no site da ADASA.

O presidente do IBRAM, Gustavo Souto Maior, diz que o avanço das tecnologias de tratamento de esgoto melhorou muito nos últimos anos e que a produção alcançou o seu limite. "Temos que trabalhar, principalmente, para manter a saúde e a qualidade da água", diz.

Fernando Starling acredita que a captação pode promover ainda mais a melhoria e a qualidade das águas do lago. "A utilização do lago para consumo vai aumentar a fiscalização, o controle da destinação de resíduos para o Paranoá e promover a manutenção do tratamento da água", afirmou.

Abastecer parte da capital com a água do lago pode ser uma forma de evitar futuros problemas, mas a captação deve ser feita após as devidas avaliações de impacto ambiental e concedidas as necessárias autorizações para não haver o comprometimento ainda maior da área e volume do lago. É o que acredita o presidente do SENGE-DF, Ronildo Menezes. "É preciso primeiro fazer um estudo adequado para dimensionar todos os problemas e propor as soluções. Não podemos esquecer que o Lago Paranoá é um ponto turístico da capital e que tem outras funções como as atividades esportivas, náuticas e de lazer. Afinal, temos que observar também a beleza que o lago representa para a capital da república", avalia.

Sector Protocolo Legislativo  
JND nº 2870 2011  
Folha nº 04 - P